

Zimbra

000511240728@tre-ba.jus.br

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL 014/2021 - PREGAO ELETRONICO

De : licitacoes@kmetopografiaeobras.com.br

Seg, 25 de abr de 2022 16:11

Assunto : IMPUGNAÇÃO DO EDITAL 014/2021 - PREGAO ELETRONICO

📎 4 anexos

Para : lroliveira@tre-ba.jus.br, protocolo@tre-ba.jus.br, compras@tre-ba.jus.br**Cc :** 'Comercial'
<comercial@kmetopografiaeobras.com.br>

Prezados, boa tarde!

Venho por meio deste, encaminhar arquivo referente a solicitação de impugnação ao edital pregão eletrônico nº 014/2021, cujo processo SEI nº 001328-43.2021.6.05.8000.

Atenciosamente,**Valéria Mariele**
Analista de Licitações
(77) 3612-3829/9 9969-3385WWW.KMETOPOGRAFIAEOBRAS.COM.BR

As informações deste documento e todos os demais a este anexado são confidenciais e legalmente protegidos, somente podendo ser usados pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçado e exclusivamente para os fins institucionais para os quais se propõem. A utilização, divulgação, disponibilização, ou qualquer forma de compartilhamento destas informações ficam restritas às pessoas para as quais foram endereçadas e exclusivamente para os fins institucionais para os quais foram produzidos sendo ilícita qualquer veiculação ou utilização fora destes parâmetros e sujeitando o responsável a sanções disciplinares administrativas e penalmente previstas, tais como disciplinadas pelos art 482 da CLT e art 154 do Código Penal.

The information contained in this document and all its attachments are confidential and legally protected, only for use by the intended recipient and exclusively for the institutional purposes for which it was made. The use, disclosure, release, or any form of sharing of this information is restricted to the receivers for which it was addressed and exclusively for institutional purposes for which they were produced, becoming illegal all forms of broadcasting or use outside these parameters and subjecting its responsible to administrative

and disciplinary sanctions and criminal penalties, such as regulated by Article 482 of the Brazilian Labor code and by Article 154 of the Brazilian Criminal Code.



IMPUGNAÇÃO KME.pdf

901 KB



IMPUGNAÇÃO KME.pdf

901 KB

Salvador (BA), 25 de abril de 2022.

REMETENTE	KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA CNPJ/MF sob o n.º 18.581.506/0001-05
DESTINATÁRIO	Setor de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021
ASSUNTO	Impugnação ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021
CONTRATO	-
ANEXOS	1. IMPUGNAÇÃO 2. Cartão do CNPJ

Atenciosamente

KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI:
18581506000105
Barreiras - Bahia
2022-04-25 16:06:46
Kelvin Marques Esteves
Diretor

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📘 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05
Rua Barão de Cotegipe, 1196
Barreiras-BA - 47807-008



Ao Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021

PROCESSO SEI Nº 0013828-43.2021.6.05.8000

KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.581.506/0001-05, com sede na Rua Barão de Cotegipe, 1196, Barreiras - Ba, neste ato representada pelo Sr Kelvin Marques Esteves, brasileiro, casado, empresário, carteira de identidade 16826323 SSP BA, CPF 099.220.586-77, vem apresentar.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

TEMPESTIVIDADE

Nos termos do disposto no item 18.1 do Edital e Art. 24 Decreto nº 10.024/2019, toda e qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Portanto, considerando que a sessão pública está prevista para o dia 28/04/2022, demonstrada a tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📱 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008

art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES LEGAIS

No tocante à mencionada questão, assim dispõe os §§ 2º e 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/1993:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por

cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

O instrumento convocatório trouxe exigências relativas à qualificação econômico-financeira que extrapolam os limites dispostos na Lei Geral de Licitações, notadamente, ao exigir a comprovação, cumulativamente, de: **a)** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; **b)** Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) **do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses;** **c)** Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) **do valor da proposta da licitante para um período de 12 (doze) meses.**

Exigiu, ainda, o Edital (item 15.8), a prestação de garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo a Contratada optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

A Administração exigiu, além da apresentação do patrimônio líquido, a demonstração de capital circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses. Tal exigência, além de contrariar o disposto no artigo supracitado, vai de encontro ao entendimento do TCU manifestado no Acórdão nº 1.214, vez que o objeto da presente licitação não é semelhante ao caso analisado pelo Corte Superior de Contas, já que não se trata de licitação para prestação de serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra.

Saliente-se, outrossim, que a exigência cumulativa de patrimônio líquido, capital circulante mínimo e garantia contraria a Súmula 275 do TCU, a saber: **Súmula n.º**

*275 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, **de forma não cumulativa**, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.*

A exigência de apresentação de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro equivalendo a 16,66% contraria os termos legais, mais precisamente o que reza o artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Ensina Marçal Justen Filho que “com a alteração trazida pela Lei n. 8.883, ficou clara a inviabilidade de adoção de índices vinculados a finalidades distintas da mera comprovação da disponibilidade de recursos para satisfatória execução do objeto contratado. A lei não determina nem especifica os índices a serem adotados, remetendo aos fornecidos pela ciência da contabilidade e pelas regras usuais no campo de auditoria. Em qualquer caso, porém, o índice deverá ser apto a avaliar apenas a capacitação financeira do interessado para a execução do contrato. Não se admitem exigências referidas à rentabilidade ou à lucratividade nem ao faturamento do sujeito” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001 p. 352).

Assim, a discricionariedade da Administração fica limitada a razoabilidade e ao atendimento do interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela Lei. E para o caso verifica-se a descon sideração do princípio da razoabilidade, da legalidade e da isonomia, uma vez que não há fundamento explícito que justifique a exigência cumulada de índices de qualificação financeira, patrimônio líquido, capital circulante e garantia contratual indicadas no instrumento convocatório.

Ademais, observa-se que a Súmula 289 do Tribunal de Contas da União repetiu a vedação contida no §1º do art. 31 da Lei de Licitações, que **proíbe a exigência de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade**, não havendo *“óbices ao uso de indicadores de endividamento, por exemplo, desde que tal exigência seja pertinente à garantia do cumprimento das obrigações resultantes da licitação”* (TCU. Acórdão 2.495/2010 – Plenário).

A ilegalidade especificada não encontra amparo legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e nos arts. 3º e 31 da Lei nº 8.666/1993; assim como contraria o art. 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02, ante a restrição à participação de interessados, e contraria frontalmente os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Desta feita, considerando o efeito vinculante das decisões do TCU para os órgãos da Administração Pública Federal (Súmula 222, TCU), deve o edital ser retificado, para se afastar a exigência cumulativa da qualificação econômico-financeira, conforme exposto alhures.

AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

Art. 50. **Os atos administrativos deverão ser motivados**, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção

pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão da Administração quanto à fixação do critério de qualificação econômico-financeira foi tomada sem qualquer motivação.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos". (in Direito Administrativo, 24ª ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não encontra-se devidamente motivado, em clara inobservância à Lei.

Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema:

ACÓRDÃO EMENTA : APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO ADMINISTRATIVO - **MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO** - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. **O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03.** No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático-probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas. Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a possibilitassem comprovar a litude nas cobranças impugnadas. **Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre.** Precedentes 5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) **o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa.** 2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ

SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ,
 Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário:
 20/04/2017, #03508074)

Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata revisão.

DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS INDICADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A Planilha de Custos e Formação de Preços trouxe valores estimados totalmente incompatíveis com os preços de mercado. Tais valores, caso mantidos, levarão, provavelmente, ao fracasso da licitação, gerando prejuízos à Administração.

- VALOR DOS SOFTWARES BIM: Em anexo uma cotação da última renovação que fizemos.

Investimentos necessários (Promoção Dólar R\$ 3,99)

Part Number	Produto	Qtd	Preço Unitário	Valor Total
057M1-WW3251-T903	AutoCAD LT 2021 Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	8	R\$ 1.427,01	R\$ 11.416,08
02HI1-WW3839-T813	Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	5	R\$ 10.922,63	R\$ 54.613,15
Valor Total				R\$ 66.029,23

Valor anual da licença com dólar a 3,99	R\$ 10.922,63
Valor da licença em dólar	R\$ 2.737,50
Dólar atual	4,65
Valor da licença hoje / ano	R\$ 12.729,38
Valor da licença para dois anos	R\$ 25.458,76
Valor total para dois anos conforme licitação	R\$ 5.910,00

do valor de mercado. Logo, merece ser revisto o preço estimado.

- VALOR DO SUBSTITUTO EM AFASTAMENTO POR FÉRIAS

A planilha representa R\$ 246,25 por mês por posto de trabalho. Totalizando R\$ 5.910,00 por 24 meses, porém, para substituir um posto por férias, a conta seria o equivalente a adicionar mais um posto a cada ano, que resultaria em R\$ 1.999,98 por mês (R\$ 23.999,77) cada ano. De igual modo, merece ser revisto o preço estimado.

- VALOR DA LOCAÇÃO DE VEÍCULO.


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações


VALOR MÉDIO DIÁRIAS DE CARRO

Carro pequeno econômico

Decolar (Foco)	R\$ 92,00
Localiza	R\$ 83,76
Locar Bahia	R\$ 120,00
LocarX	R\$ 85,00
Lupa	R\$ 75,00
Movida	R\$ 78,25
Twister	R\$ 100,00
Unidas	R\$ 79,57
Valor médio	R\$ 89,20
Aproximado	R\$ 90,00

Selecione o melhor grupo de carro e tarifa para você

Grupo B - Compacto Com Ar



Renault Kwid 1.0

Veículo similar a: Renault Kwid 1.0, Fiat Mobi 1.0, Fiat Uno 1.0, dentre outros.

Sua reserva garante um dos carros desse grupo. Modelo sujeito à disponibilidade de agência.

Mais detalhes

Oferta Promo

R\$ 143,66

- ✓ Desconto adicional na Diária
- ✓ Km Livre
- ✓ Cancelamento Grátis até 24 horas da retirada
- ✓ (+) Proteções do carro e terceiros

Oferta Standard

R\$ 117,39

- ✓ Km Livre
- ✓ Cancelamento Grátis até 24 horas da retirada

Resumo da Reserva

Retirada

25 de Abril de 2022 às 08:00 [Editar](#)

Agencia Aeroporto Salvador

Devolução

26 de Abril de 2022 às 08:00 [Editar](#)

Agencia Aeroporto Salvador

O valor previsto para locação de veículo está quase 100% abaixo do valor de mercado, o que merece revisão por parte da Administração.

DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, **REQUER a imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos**, para seja:

- Revisada** a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.b, não se exigindo qualquer fração de Capital Circulante ou Capital de Giro como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência.
- Revisada** a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.c, não se exigindo qualquer fração de Patrimônio Líquido como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência, já que fora exigida a prestação de garantia contratual.

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📘 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

- Revisada a planilha de custos e formação de preços, conforme

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008



explanado acima, para que sejam ajustados os valores aos preços de mercado.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Salvador - Ba, 25 de abril de 2022.

KME TOPOGRAFIA E OBRAS
EIRELI: 18581506000105
Barreiras - Bahia
2022-04-25 16:07:25
KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI
CNPJ: 18.581.506/0001-05


☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📘 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05
Rua Barão de Cotegipe, 1196
Barreiras-BA - 47807-008

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.581.506/0001-05 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 29/07/2013			
NOME EMPRESARIAL KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção 23.30-3-03 - Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.22-7-02 - Obras de irrigação 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO R BARÃO DE COTEGIPE		NUMERO 1196	COMPLEMENTO QUADRAP LOTE 03
CEP 47.807-008	BAIRRO/DISTRITO SAO PAULO	MUNICIPIO BARREIRAS	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@KMETOPOGRAFIA.COM.BR		TELEFONE (77) 3612-3829	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/07/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Salvador (BA), 25 de abril de 2022.

REMETENTE	KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA CNPJ/MF sob o n.º 18.581.506/0001-05
DESTINATÁRIO	Setor de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021
ASSUNTO	Impugnação ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021
CONTRATO	-
ANEXOS	1. IMPUGNAÇÃO 2. Cartão do CNPJ

Atenciosamente

KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI:
18581506000105
Barreiras - Bahia
2022-04-25 16:06:46
Kelvin Marques Esteves
Diretor

Ao Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021

PROCESSO SEI Nº 0013828-43.2021.6.05.8000

KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.581.506/0001-05, com sede na Rua Barão de Cotegipe, 1196, Barreiras - Ba, neste ato representada pelo Sr Kelvin Marques Esteves, brasileiro, casado, empresário, carteira de identidade 16826323 SSP BA, CPF 099.220.586-77, vem apresentar.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

TEMPESTIVIDADE

Nos termos do disposto no item 18.1 do Edital e Art. 24 Decreto nº 10.024/2019, toda e qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Portanto, considerando que a sessão pública está prevista para o dia 28/04/2022, demonstrada a tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📱 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196
Barreiras-BA - 47807-008

art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES LEGAIS

No tocante à mencionada questão, assim dispõe os §§ 2º e 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/1993:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por

cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

O instrumento convocatório trouxe exigências relativas à qualificação econômico-financeira que extrapolam os limites dispostos na Lei Geral de Licitações, notadamente, ao exigir a comprovação, cumulativamente, de: **a)** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; **b)** Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do **valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses**; **c)** Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do **valor da proposta da licitante para um período de 12 (doze) meses**.

Exigiu, ainda, o Edital (item 15.8), a prestação de garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo a Contratada optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

A Administração exigiu, além da apresentação do patrimônio líquido, a demonstração de capital circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses. Tal exigência, além de contrariar o disposto no artigo supracitado, vai de encontro ao entendimento do TCU manifestado no Acórdão nº 1.214, vez que o objeto da presente licitação não é semelhante ao caso analisado pelo Corte Superior de Contas, já que não se trata de licitação para prestação de serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra.

Saliente-se, outrossim, que a exigência cumulativa de patrimônio líquido, capital circulante mínimo e garantia contraria a Súmula 275 do TCU, a saber: **Súmula n.º**

275 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, **de forma não cumulativa**, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

A exigência de apresentação de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro equivalendo a 16,66% contraria os termos legais, mais precisamente o que reza o artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Ensina Marçal Justen Filho que “com a alteração trazida pela Lei n. 8.883, ficou clara a inviabilidade de adoção de índices vinculados a finalidades distintas da mera comprovação da disponibilidade de recursos para satisfatória execução do objeto contratado. A lei não determina nem especifica os índices a serem adotados, remetendo aos fornecidos pela ciência da contabilidade e pelas regras usuais no campo de auditoria. Em qualquer caso, porém, o índice deverá ser apto a avaliar apenas a capacitação financeira do interessado para a execução do contrato. Não se admitem exigências referidas à rentabilidade ou à lucratividade nem ao faturamento do sujeito” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001 p. 352).

Assim, a discricionariedade da Administração fica limitada a razoabilidade e ao atendimento do interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela Lei. E para o caso verifica-se a desconsideração do princípio da razoabilidade, da legalidade e da isonomia, uma vez que não há fundamento explícito que justifique a exigência cumulada de índices de qualificação financeira, patrimônio líquido, capital circulante e garantia contratual indicadas no instrumento convocatório.

Ademais, observa-se que a Súmula 289 do Tribunal de Contas da União repetiu a vedação contida no §1º do art. 31 da Lei de Licitações, que **proíbe a exigência de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade**, não havendo *“óbices ao uso de indicadores de endividamento, por exemplo, desde que tal exigência seja pertinente à garantia do cumprimento das obrigações resultantes da licitação”* (TCU. Acórdão 2.495/2010 – Plenário).

A ilegalidade especificada não encontra amparo legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e nos arts. 3º e 31 da Lei nº 8.666/1993; assim como contraria o art. 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02, ante a restrição à participação de interessados, e contraria frontalmente os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Desta feita, considerando o efeito vinculante das decisões do TCU para os órgãos da Administração Pública Federal (Súmula 222, TCU), deve o edital ser retificado, para se afastar a exigência cumulativa da qualificação econômico-financeira, conforme exposto alhures.

AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

Art. 50. **Os atos administrativos deverão ser motivados**, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção

pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão da Administração quanto à fixação do critério de qualificação econômico-financeira foi tomada sem qualquer motivação.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos". (in Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não encontra-se devidamente motivado, em clara inobservância à Lei.

Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema:

ACÓRDÃO EMENTA : APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO ADMINISTRATIVO - **MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO** - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. **O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03.** No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático-probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas. Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a possibilitassem comprovar a licitude nas cobranças impugnadas. **Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre.** Precedentes 5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) **o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa.** 2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ

SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ,
Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário:
20/04/2017, #03508074)

Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata revisão.

DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS INDICADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A Planilha de Custos e Formação de Preços trouxe valores estimados totalmente incompatíveis com os preços de mercado. Tais valores, caso mantidos, levarão, provavelmente, ao fracasso da licitação, gerando prejuízos à Administração.

- VALOR DOS SOFTWARES BIM: Em anexo uma cotação da última renovação que fizemos.

Investimentos necessários (Promoção Dólar R\$ 3,99)

Part Number	Produto	Qtd	Preço Unitário	Valor Total
057M1-WW3251-T903	AutoCAD LT 2021 Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	8	R\$ 1.427,01	R\$ 11.416,08
02HI1-WW3839-T813	Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	5	R\$ 10.922,63	R\$ 54.613,15
Valor Total				R\$ 66.029,23

Valor anual da licença com dólar a 3,99	R\$ 10.922,63
Valor da licença em dólar	R\$ 2.737,50
Dólar atual	4,65
Valor da licença hoje / ano	R\$ 12.729,38
Valor da licença para dois anos	R\$ 25.458,76
Valor total para dois anos conforme licitação	R\$ 5.910,00

do valor de mercado. Logo, merece ser revisto o preço estimado.

- VALOR DO SUBSTITUTO EM AFASTAMENTO POR FÉRIAS

A planilha representa R\$ 246,25 por mês por posto de trabalho. Totalizando R\$ 5.910,00 por 24 meses, porém, para substituir um posto por férias, a conta seria o equivalente a adicionar mais um posto a cada ano, que resultaria em R\$ 1.999,98 por mês (R\$ 23.999,77) cada ano. De igual modo, merece ser revisto o preço estimado.

- VALOR DA LOCAÇÃO DE VEÍCULO.


 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
 Seção de Licitações

VALOR MÉDIO DIÁRIAS DE CARRO

Carro pequeno econômico

Decolar (Foco)	R\$ 92,00
Localiza	R\$ 83,76
Locar Bahia	R\$ 120,00
LocarX	R\$ 85,00
Lupa	R\$ 75,00
Movida	R\$ 78,25
Twister	R\$ 100,00
Unidas	R\$ 79,57
Valor médio	R\$ 89,20
Aproximado	R\$ 90,00

Selecione o melhor grupo de carro e tarifa para você

Grupo B - Compacto Com Ar



Renault Kwid 1.0

Veículo similar a: Renault Kwid 1.0, Fiat Mobi 1.0, Fiat Uno 1.0, dentre outros.

Sua reserva garante um dos carros deste grupo. Horário sujeito à disponibilidade da agência.

[Mais detalhes](#)

Oferta Promo

R\$ 143,66

- Desconto adicional na Diária
- Kit Lave
- Cancelamento Grátis até 24 horas da retirada
- Proteção do carro e terceiros

Oferta Standard

R\$ 117,39

- Kit Lave
- Cancelamento Grátis até 24 horas da retirada

Resumo da Reserva

Retirada

25 de Abril de 2022 às 08:00 [Editar](#)

Agência Aeroporto Salvador

Devolução

26 de Abril de 2022 às 08:00 [Editar](#)

Agência Aeroporto Salvador

O valor previsto para locação de veículo está quase 100% abaixo do valor de mercado, o que merece revisão por parte da Administração.

DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, **REQUER a imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos**, para seja:

- Revisada** a exigência formulada pelo item **12.1.6.1.b**, não se exigindo qualquer fração de Capital Circulante ou Capital de Giro como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência.
- Revisada** a exigência formulada pelo item **12.1.6.1.c**, não se exigindo qualquer fração de Patrimônio Líquido como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência, já que fora exigida a prestação de garantia contratual.



explanado acima, para que sejam ajustados os valores aos preços de mercado.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Salvador - Ba, 25 de abril de 2022.

KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI: 18581506000105
KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI: 18581506000105
KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI: 18581506000105
CNPJ: 18.581.506/0001-05

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📱 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008



KME

• TOPOGRAFIA E OBRAS •



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.581.506/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/07/2013
NOME EMPRESARIAL KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI		FORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção 23.30-3-03 - Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.22-7-02 - Obras de irrigação 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO R BARÃO DE COTEGIPE	NUMERO 1196	COMPLEMENTO QUADRA LOTE 03
CEP 47.807-008	BAIRRO/DISTRITO SAO PAULO	MUNICIPIO BARREIRAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@KMETOPOGRAFIA.COM.BR		UF BA
TELEFONE (77) 3612-3829		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/07/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📧 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008

Salvador (BA), 25 de abril de 2022.

REMETENTE	KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA CNPJ/MF sob o n.º 18.581.506/0001-05
DESTINATÁRIO	Setor de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021
ASSUNTO	Impugnação ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021
CONTRATO	-
ANEXOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. IMPUGNAÇÃO 2. Cartão do CNPJ

Atenciosamente

KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI:
 18581506000105
 Barreiras - Bahia
 2022-04-25 16:06:46
 Kelvin Marques Esteves
 Diretor

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📘 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05
 Rua Barão de Cotegipe, 1196
 Barreiras-BA - 47807-008

Ao Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021

PROCESSO SEI Nº 0013828-43.2021.6.05.8000

KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.581.506/0001-05, com sede na Rua Barão de Cotegipe, 1196, Barreiras - Ba, neste ato representada pelo Sr Kelvin Marques Esteves, brasileiro, casado, empresário, carteira de identidade 16826323 SSP BA, CPF 099.220.586-77, vem apresentar.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

TEMPESTIVIDADE

Nos termos do disposto no item 18.1 do Edital e Art. 24 Decreto nº 10.024/2019, toda e qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Portanto, considerando que a sessão pública está prevista para o dia 28/04/2022, demonstrada a tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no

📞 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📱 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008

art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES LEGAIS

No tocante à mencionada questão, assim dispõe os §§ 2º e 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/1993:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por

cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

O instrumento convocatório trouxe exigências relativas à qualificação econômico-financeira que extrapolam os limites dispostos na Lei Geral de Licitações, notadamente, ao exigir a comprovação, cumulativamente, de: **a)** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; **b)** Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do **valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses**; **c)** Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do **valor da proposta da licitante para um período de 12 (doze) meses**.

Exigiu, ainda, o Edital (item 15.8), a prestação de garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo a Contratada optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

A Administração exigiu, além da apresentação do patrimônio líquido, a demonstração de capital circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses. Tal exigência, além de contrariar o disposto no artigo supracitado, vai de encontro ao entendimento do TCU manifestado no Acórdão nº 1.214, vez que o objeto da presente licitação não é semelhante ao caso analisado pelo Corte Superior de Contas, já que não se trata de licitação para prestação de serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra.

Saliente-se, outrossim, que a exigência cumulativa de patrimônio líquido, capital circulante mínimo e garantia contraria a Súmula 275 do TCU, a saber: **Súmula n.º**

275 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, **de forma não cumulativa**, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

A exigência de apresentação de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro equivalendo a 16,66% contraria os termos legais, mais precisamente o que reza o artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Ensina Marçal Justen Filho que “com a alteração trazida pela Lei n. 8.883, ficou clara a inviabilidade de adoção de índices vinculados a finalidades distintas da mera comprovação da disponibilidade de recursos para satisfatória execução do objeto contratado. A lei não determina nem especifica os índices a serem adotados, remetendo aos fornecidos pela ciência da contabilidade e pelas regras usuais no campo de auditoria. Em qualquer caso, porém, o índice deverá ser apto a avaliar apenas a capacitação financeira do interessado para a execução do contrato. Não se admitem exigências referidas à rentabilidade ou à lucratividade nem ao faturamento do sujeito” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001 p. 352).

Assim, a discricionariedade da Administração fica limitada a razoabilidade e ao atendimento do interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela Lei. E para o caso verifica-se a desconsideração do princípio da razoabilidade, da legalidade e da isonomia, uma vez que não há fundamento explícito que justifique a exigência cumulada de índices de qualificação financeira, patrimônio líquido, capital circulante e garantia contratual indicadas no instrumento convocatório.

Ademais, observa-se que a Súmula 289 do Tribunal de Contas da União repetiu a vedação contida no §1º do art. 31 da Lei de Licitações, que **proíbe a exigência de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade**, não havendo *“óbices ao uso de indicadores de endividamento, por exemplo, desde que tal exigência seja pertinente à garantia do cumprimento das obrigações resultantes da licitação”* (TCU. Acórdão 2.495/2010 – Plenário).

A ilegalidade especificada não encontra amparo legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e nos arts. 3º e 31 da Lei nº 8.666/1993; assim como contraria o art. 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02, ante a restrição à participação de interessados, e contraria frontalmente os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Desta feita, considerando o efeito vinculante das decisões do TCU para os órgãos da Administração Pública Federal (Súmula 222, TCU), deve o edital ser retificado, para se afastar a exigência cumulativa da qualificação econômico-financeira, conforme exposto alhures.

AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

Art. 50. **Os atos administrativos deverão ser motivados**, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção

pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão da Administração quanto à fixação do critério de qualificação econômico-financeira foi tomada sem qualquer motivação.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos". (in Direito Administrativo, 24ª ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não encontra-se devidamente motivado, em clara inobservância à Lei.

Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema:

ACÓRDÃO EMENTA : APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO ADMINISTRATIVO - **MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO** - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. **O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03.** No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático-probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas. Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a possibilitassem comprovar a licitude nas cobranças impugnadas. **Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre.** Precedentes 5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) **o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa.** 2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ

SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ,
 Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário:
 20/04/2017, #03508074)

Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata revisão.

DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS INDICADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A Planilha de Custos e Formação de Preços trouxe valores estimados totalmente incompatíveis com os preços de mercado. Tais valores, caso mantidos, levarão, provavelmente, ao fracasso da licitação, gerando prejuízos à Administração.

- VALOR DOS SOFTWARES BIM: Em anexo uma cotação da última renovação que fizemos.

Investimentos necessários (Promoção Dólar R\$ 3,99)

Part Number	Produto	Qtd	Preço Unitário	Valor Total
057M1-WW3251-T903	AutoCAD LT 2021 Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	8	R\$ 1.427,01	R\$ 11.416,08
02HI1-WW3839-T813	Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription	5	R\$ 10.922,63	R\$ 54.613,15
Valor Total				R\$ 66.029,23

Valor anual da licença com dólar a 3,99	R\$ 10.922,63
Valor da licença em dólar	R\$ 2.737,50
Dólar atual	4,65
Valor da licença hoje / ano	R\$ 12.729,38
Valor da licença para dois anos	R\$ 25.458,76
Valor total para dois anos conforme licitação	R\$ 5.910,00

do valor de mercado. Logo, merece ser revisto o preço estimado.

- VALOR DO SUBSTITUTO EM AFASTAMENTO POR FÉRIAS

A planilha representa R\$ 246,25 por mês por posto de trabalho. Totalizando R\$ 5.910,00 por 24 meses, porém, para substituir um posto por férias, a conta seria o equivalente a adicionar mais um posto a cada ano, que resultaria em R\$ 1.999,98 por mês (R\$ 23.999,77) cada ano. De igual modo, merece ser revisto o preço estimado.

- VALOR DA LOCAÇÃO DE VEÍCULO.


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

VALOR MÉDIO DIÁRIAS DE CARRO

Carro pequeno econômico

Decolar (Foco)	R\$ 92,00
Localiza	R\$ 83,76
Locar Bahia	R\$ 120,00
LocarX	R\$ 85,00
Lupa	R\$ 75,00
Movida	R\$ 78,25
Twister	R\$ 100,00
Unidas	R\$ 79,57
Valor médio	R\$ 89,20
Aproximado	R\$ 90,00

Selecione o melhor grupo de carro e tarifa para você

Grupo B - Compacto Com Ar



Renault Kwid 1.0

Veículo similar a: Renault Kwid 1.0, Fiat Mobi 1.0, Fiat Uno 1.0, dentre outros.

Sua reserva garante um dos carros deste grupo. Modelo sujeito à recomendação da agência.

Mais detalhes

Oferta Promo

R\$ 143,66

- Desconto adicional na diária
- Km Livre
- Cancelamento Grátis até 24 horas da retirada
- 1-1 Proteção do carro e terceiros

Oferta Standard

R\$ 117,39

- Km Livre
- Cancelamento Grátis até 24 horas da retirada

Resumo da Reserva

Retirada

25 de Abril de 2022 às 08:00 [Editar](#)

Agência Aeroporto Salvador

Devolução

26 de Abril de 2022 às 08:00 [Editar](#)

Agência Aeroporto Salvador

O valor previsto para locação de veículo está quase 100% abaixo do valor de mercado, o que merece revisão por parte da Administração.

DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, **REQUER a imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos**, para seja:

- Revisada** a exigência formulada pelo item **12.1.6.1.b**, não se exigindo qualquer fração de Capital Circulante ou Capital de Giro como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência.
- Revisada** a exigência formulada pelo item **12.1.6.1.c**, não se exigindo qualquer fração de Patrimônio Líquido como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência, já que fora exigida a prestação de garantia contratual.



explanado acima, para que sejam ajustados os valores aos preços de mercado.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Salvador - Ba, 25 de abril de 2022.

KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI:
18581506000105
KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI
CNPJ: 18.581.506/0001-05

KME TOPOGRAFIA E OBRAS
EIRELI:18581506000105
Barreiras - Bahia
2022-04-25 16:07:25

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📘 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008



KME
• TOPOGRAFIA E OBRAS •



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.581.506/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/07/2013
NOME EMPRESARIAL KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) KME TOPOGRAFIA E OBRAS EIRELI		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção 23.30-3-03 - Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.22-7-02 - Obras de irrigação 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO R BARAO DE COTEGIPE	NUMERO 1196	COMPLEMENTO QUADRAP LOTE 03
CEP 47.807-008	BAIRRO/DISTRITO SAO PAULO	MUNICIPIO BARREIRAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@KMETOPOGRAFIA.COM.BR		UF BA
TELEFONE (77) 3612-3829		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/07/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

☎ 77 3612-3829

📷 kmetopografiaeobras

📧 kmetopografiaeobras

✉ licitacoes@kmetopografiaeol

CNPJ: 18.581.506/0001-05

Rua Barão de Cotegipe, 1196

Barreiras-BA - 47807-008

larissa santana

De: <licitacoes@kmetopografiaeobras.com.br>
Data: segunda-feira, 25 de abril de 2022 16:11
Para: <loliveira@tre-ba.jus.br>; <protocolo@tre-ba.jus.br>; <compras@tre-ba.jus.br>
Cc: "Comercial" <comercial@kmetopografiaeobras.com.br>
Anexar: IMPUGNAÇÃO KME.pdf; IMPUGNAÇÃO KME.pdf
Assunto: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL 014/2021 - PREGAO ELETRONICO

Prezados, boa tarde!

Venho por meio deste, encaminhar arquivo referente a solicitação de impugnação ao edital pregão eletrônico nº 014/2021, cujo processo SEI nº 001328-43.2021.6.05.8000.

Atenciosamente,

Valéria Mariele
Analista de Licitações
(77) 3612-3829/9 9969-3385



WWW.KMETOPOGRAFIAEOBRAS.COM.BR

#pensebemantesdeimprimir

As informações deste documento e todos os demais a este anexado são confidenciais e legalmente protegidos, somente podendo ser usados pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçado e exclusivamente para os fins institucionais para os quais se propõem. A utilização, divulgação, disponibilização, ou qualquer forma de compartilhamento destas informações ficam restritas às pessoas para as quais foram endereçadas e exclusivamente para os fins institucionais para os quais foram produzidos sendo ilícita qualquer veiculação ou utilização fora destes parâmetros e sujeitando o responsável a sanções disciplinares administrativas e penalmente previstas, tais como disciplinadas pelos art 482 da CLT e art 154 do Código Penal.

The information contained in this document and all its attachments are confidential and legally protected, only for use by the intended recipient and exclusively for the institutional purposes for which it was made. The use, disclosure, release, or any form of sharing of this information is restricted to the receivers for which it was addressed and exclusively for institutional purposes for which they were produced, becoming illegal all forms of broadcasting or use outside these parameters and subjecting its responsible to administrative and disciplinary sanctions and criminal penalties, such as regulated by Article 482 of the Brazilian Labor code and by Article 154 of the Brazilian Criminal Code.

PREGÃO
ELETRÔNICO N.º
14/2022

DECISÃO DO PREGOEIRO.

PROCESSO SEI Nº - 0013828- 43.2021.6.05.8000.

UNIDADE DEMANDANTE: SGA-COMAP-SEPROB

ASSUNTO: Análise da IMPUGNAÇÃO ao Edital interposta pela empresa KMETOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, CNPJ: 18.581.506/0001-05, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple a execução de serviços na área de arquitetura e/ou engenharia, para prestação de serviços técnicos especializados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), com cessão de mão de obra residente, por meio da alocação de 8 (oito) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de arquitetura e/ou engenharia, para desempenho de atividades de análise, elaboração e/ou desenvolvimento, detalhamento e compatibilização de projetos; análise e elaboração de orçamentos; execução, acompanhamento e/ou fiscalização de obras e serviços de engenharia e análise e/ou elaboração de laudos e pareceres técnicos, abrangendo, ainda, a prestação de consultorias técnicas e de outros serviços técnicos eventuais.

RELATÓRIO

O Edital do Pregão n.º14/2022, cujo objeto é a contratação pessoa jurídica, cujo objeto social contemple a execução de serviços na área de arquitetura e/ou engenharia, para prestação de serviços técnicos especializados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), com cessão de mão de obra residente, por meio da alocação de 8 (oito) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de arquitetura e/ou engenharia, para desempenho de atividades de análise, elaboração e/ou desenvolvimento, detalhamento e compatibilização de projetos; análise e elaboração de orçamentos; execução, acompanhamento e/ou fiscalização de obras e serviços de engenharia e análise e/ou elaboração de laudos e pareceres técnicos, abrangendo, ainda, a prestação de consultorias técnicas e de outros serviços técnicos eventuais.

Em 25 de abril de 2022, a empresa KMETOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, CNPJ: 18.581.506/0001-05, apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º14/2022, doc. SEI Nº1909057 e 1908990, insurgindo-se contra: EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES LEGAIS e DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS INDICADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

I – DAS PRELIMINARES

Impugnação aos termos do Edital interposta pela empresa KMETOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, CNPJ: 18.581.506/0001-05, apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º14/2022, em 25 de abril de 2022, por meio do seu representante legal, através dos meios regularmente previstos, devidamente qualificada na peça inicial, em face das exigências constantes no Edital do processo em epígrafe, com fundamento da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto 10.024/2019, subsidiado pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores

Conforme a legislação pertinente e na forma das condições 18.3.,18.4. e 18.5. do Edital, considerada a impugnação TEMPESTIVA, e por ser legal, examinei o mérito, o que importa em conhecê-la e, nos termos da condição 18.5. do edital, manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão, bem como publicá-la no site do Comprasnet.

II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, a empresa IMPUGNANTE em tela apresenta contestação alegando o que se segue:

“O instrumento convocatório trouxe exigências relativas à qualificação econômico-financeira que extrapolam os limites dispostos na Lei Geral de Licitações, notadamente, ao exigir a comprovação, cumulativamente, de: a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses; c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante para um período de 12 (doze) meses”

“Exigiu, ainda, o Edital (item 15.8), a prestação de garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo a Contratada optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93”

“A Administração exigiu, além da apresentação do patrimônio líquido, a demonstração de capital circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses. Tal exigência, além de contrariar o disposto no artigo supracitado, vai de encontro ao entendimento do TCU manifestado no Acórdão nº 1.214, vez que o objeto da presente licitação não é semelhante ao caso analisado pelo Corte Superior de Contas, já que não se trata de licitação para prestação de serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra”.

Em sua resignação, o impugnante alegou ainda que: Saliente-se, outrossim, que a exigência cumulativa de patrimônio líquido, capital circulante mínimo e garantia contraria a Súmula 275 do TCU, a saber: Súmula n.º 275: 275 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

Em complemento, ressalta a empresa impugnante: *A exigência de apresentação de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro equivalendo a 16,66% contraria os termos legais, mais precisamente o que reza o artigo 31 da Lei 8.666/1993. Ademais, prossegue a impugnante: observa-se que a Súmula 289 do Tribunal de Contas da União repetiu a vedação contida no §1º do art. 31 da Lei de Licitações, que proíbe a exigência de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, não havendo “óbices ao uso de indicadores de endividamento, por exemplo, desde que tal exigência seja pertinente à garantia do cumprimento das obrigações resultantes da licitação” (TCU. Acórdão 2.495/2010 – Plenário).*

Nesse sentido, continua o impugnante em sua argumentação: *Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão da Administração quanto à fixação do critério de qualificação econômico-financeira foi tomada sem qualquer motivação. O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:*

“O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em

ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos". (in Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não se encontra devidamente motivado, em clara inobservância à Lei

Por derradeiro, quanto à alegação “DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS INDICADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS”, cita ainda que:

A Planilha de Custos e Formação de Preços trouxe valores estimados totalmente incompatíveis com os preços de mercado. Tais valores, caso mantidos, levarão, provavelmente, ao fracasso da licitação, gerando prejuízos à Administração. O valor orçado pela Administração está quase cinco vezes abaixo do valor de mercado. Logo, merece ser revisto o preço estimado. O valor previsto para locação de veículo está quase 100% abaixo do valor de mercado, o que merece revisão por parte da Administração.

VALOR DOS SOFTWARES BIM: Em anexo uma cotação da última renovação que fizemos. Valor anual da licença com dólar a 3,99 R\$ 10.922,63 Valor da licença em dólar R\$ 2.737,50 Dólar atual 4,65 Valor da licença hoje / ano R\$ 12.729,38 Valor da licença para dois anos R\$ 25.458,76 Valor total para dois anos conforme licitação R\$ 5.910,00.

Assim, arremata, em conclusão, a impugnante em comentário:” A planilha representa R\$ 246,25 por mês por posto de trabalho. Totalizando R\$ 5.910,00 por 24 meses, porém, para substituir um posto por férias, a conta seria o equivalente a adicionar mais um posto a cada ano, que resultaria em R\$ 1.999,98 por mês (R\$ 23.999,77) cada ano. De igual modo, merece ser revisto o preço estimado.

DOS REQUERIMENTOS:

Ao final, requer:

A imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos, para seja:

a) **Revisada** a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.b, não se exigindo qualquer fração de Capital Circulante ou Capital de Giro como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência;

b) **Revisada** a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.c, não se exigindo qualquer fração de Patrimônio Líquido como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência, já que fora exigida a prestação de garantia contratual.

c) **Revisada** a planilha de custos e formação de preços, conforme explanado acima, para que sejam ajustados os valores aos preços de mercado.

É o relatório.

III-DO DIREITO

Instrução Normativa nº05/2017, de 26 de maio de 2017.

Lei nº 8666/1993, de 21 de junho de 2022.

IV – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Cumpra dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Analisando as alegações da empresa IMPUGNANTE suso mencionada, passamos ao mérito do julgamento.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO IMPROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem:

No que tange aos pedidos formulados pela empresa impugnante, in casu, item a) que seja revista a exigência formulada pela condição 12.1.6.1.b, do edital, não se exigindo qualquer fração de Capital Circulante ou Capital de Giro como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência.

Vide o que diz nesse sentido a redação constante na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional: à página 35 da aludida IN:

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

1.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social. (grifamos)

Ainda laborando nessa esteira de pensamento, trazemos à baila excertos da manifestação da SELIC, em resposta à sentença em Mandado de Segurança nº1000475-35.2018.4.01.3300, referente ao Pregão nº 26/2017 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de vigilância humana armada), vinculado ao antigo processo PAD 15425/2019, atual processo SEI nº0052676-07.2018.6.05.8000:

4. quanto ao fundamento técnico para adoção do índice de 16,66%, informamos que esse se baseia em estudo técnico realizado por grupo integrado por servidores de diversos órgãos, composto inicialmente por servidores do MP, da AGU e do TCU, passando a ser posteriormente integrado também por representantes do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, que resultou no Acórdão n. 1.214/2013 do TCU.

5. Nos supramencionados estudos, foi verificada a regularidade da estipulação do percentual em questão, que se encontra, igualmente, explicitado na Instrução Normativa n.º 5º, de 26 de maio de 2017 (IN 05/2017) - e também na antiga Instrução Normativa n.º 2/2008 -, que **dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.**

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

(...)

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

(...)

6. É importante salientar que os estudos empreendidos resultaram no Acórdão n. 1.214/2013 do TCU, e partiram da constatação de que, nos últimos anos, ocorrem com maior frequência problemas na execução dos trabalhos terceirizados com dedicação de mão de obra, principalmente os de limpeza, conservação, higienização e de vigilância.

7. com efeito, observou-se, na prática, que os índices expressamente previstos no art. 31, da Lei 8.666/91, mostraram-se insuficientes para comprovar a boa saúde financeira das licitantes para execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, podendo ensejar a contratação de empresas sem capacidade econômica, gerando constantes inexecuções contratuais, com prejuízo ao Erário e aos trabalhadores terceirizados. Por conseguinte, o grupo de estudos evidenciou que as exigências de qualificação econômico-financeira previstas na maioria dos editais não estão sendo capazes de evitar a contratação de empresas sem a devida capacidade econômico-financeira para executar o contrato, incapazes de honrar os compromissos decorrentes da prestação dos serviços.

8. Sobreleva-se que, nos §§ 1º e 5º do art. 31 da Lei n. 8.666/1993¹, está claro que podem ser exigidos outros índices contábeis, desde que não contrariem as vedações previstas no aludido artigo, bem como estejam previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo. Dessa forma, para trabalhos terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, sobretudo os de limpeza, conservação, higienização e de vigilâncias, nosso modelo padrão de edital, aprovado pela Diretoria Geral e analisado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, já prevê o índice da CCL, de acordo com a **IN 05/2017** e **Acórdão n. 1.214/2013 do TCU**.

“§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

§5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não

usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

9. Nesse sentido, destacam-se os trechos do voto proferido no Acórdão n. 1.214/2013 do TCU, a seguir transcritos e grifados por nós:

49. A leitura do art. 31 da Lei de Licitações indica que o legislador **não estabeleceu de forma precisa quais critérios, índices e valores a serem requeridos**. E nem deveria fazê-lo, julgo eu, **diante da diversidade de tipos e complexidades de objetos, que podem requerer exigências distintas**. A lei estabeleceu sim, determinados limites para as exigências a serem feitas pela administração, como valor máximo de patrimônio líquido, vedação da imposição de faturamento anterior ou índices de rentabilidade ou lucratividade, proibição da exigência de índices e valores não usualmente adotados. A lei também requer, de forma explícita, que a comprovação da boa situação financeira seja feita de forma objetiva por meio de índices devidamente justificados no processo administrativo da licitação.

50. Assim, se os critérios previstos pela administração estiverem dentro desses parâmetros, entendo que é perfeitamente legal exigi-los. E os critérios sugeridos pelo grupo de estudos situam-se nos limites estabelecidos em lei, tendo-se apresentado justificativas técnicas pertinentes que motivam sua adoção.

(...)

Mencione-se, ainda, o Acórdão 47/2013-Plenário, em que o Tribunal, ao examinar representação contra edital que continha **exigências simultâneas de capital circulante líquido de no mínimo 16,66%** e de patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação, **entendeu que não havia irregularidades em tais exigências**, tendo considerado a representação improcedente.

53. Recentemente, a Justiça Federal indeferiu o pedido de medida liminar para que fosse desconsiderada a exigência contida no edital do Pregão Eletrônico 21/2013-TCU, para contratação de serviços de vigilância e segurança privada, de que as licitantes demonstrassem possuir patrimônio líquido de pelo menos 1/12 do montante de seus contratos. O magistrado que indeferiu o pedido fundamentou sua decisão afirmando: **“Entendo ser plenamente razoável a Administração exigir que as empresas licitantes, a título de demonstração de sua capacidade econômico-financeira comprovem possuir um patrimônio líquido capaz de suportar débitos gerados por contratos por ela firmados. Na verdade, tal exigência decorre do aumento constante da inadimplência e do descumprimento de contratos públicos, o que decorre da incapacidade das empresas de executarem o objeto contratual com os preços avançados nos procedimentos licitatórios, como ocorreu recentemente nesta Seção Judiciária.**

... a exigência em debate não viola o princípio da isonomia nem tampouco restringe a competitividade entre os licitantes, traduzindo-se apenas como zelo do gestor ao patrimônio público”. (GRIFOS NOSSOS)

10. Do exposto, tem-se que o índice não foi estipulado subjetivamente, e sim advindo dos estudos que culminaram no Acórdão n. 1.214/2013 do TCU, além de previsto, expressamente, na IN 05/2017. **Sobrelevando-se, ainda, que os §§ 1º e 5º do art. 31 da Lei n. 8.666/1993²**, deixa claro que podem ser exigidos outros índices contábeis, desde que não contrariem as vedações previstas no aludido artigo e estejam previstos no edital, bem como justificados no processo administrativo.

11. Assim, está plenamente justificada a adoção do índice em discussão, sendo que esse já integra nosso modelo padrão de edital para esse tipo de contratação, salvaguardando a Administração de vir a contratar com empresas sem plena capacidade financeira para fazer frente às obrigações decorrentes do contrato.

Mormente quando se observa com facilidade as inúmeras dificuldades para a Administração, com interrupções na prestação dos serviços, com possibilidade de decorrerem danos financeiros ao erário, provenientes da responsabilização subsidiária pelas verbas trabalhistas não quitadas pelas empresas contratadas. Essa é uma realidade que não pode ser olvidada pelos órgãos que lidam diariamente com esse tipo de contratação e para os trabalhadores que ficam sem suas verbas quitadas, por conta de empresas, sem saúde financeira, que simplesmente descumprem suas obrigações, quando não desaparecem por completo.

12. Por fim, ainda que se considere a exigência excessiva, apesar do quanto aqui exposto, há de se levar em conta que o índice foi previsto expressamente no Edital e, portanto, com caráter vinculante tanto para a Administração como para as licitantes. Destarte, eventual afastamento da condição editalícia, salvo melhor juízo, geraria nulidade da licitação, e não convocação da empresa inabilitada, considerando, ainda, que outras licitantes podem ter deixado de participar do certame, em virtude dessa condição, o que violaria o princípio da isonomia.

No que concerne ao requerimento formulado pela IMPUGNANTE no item b): que seja revista a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.c, não se exigindo qualquer fração de Patrimônio Líquido como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência, já que fora exigida a prestação de garantia contratual. Para novamente rebater as infundadas alegações da empresa ora impugnante, vide o que diz a redação da supramencionada IN 05/2017 – às páginas 35/36 - Das condições de habilitação econômico-financeira:

Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;(grifos nossos)

13. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:
 - a. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - b. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

Quanto ao pedido da impugnante constante na alínea c): que seja **revisada** a planilha de custos e formação de preços, conforme explanado acima, para que sejam ajustados os valores aos preços de mercado, passamos a discorrer nesse sentido, item a item das três variáveis de preços alegadas pela empresa impugnante, para demonstrar, ao final, que as alegações da impugnante não merecem prosperar:

No que concerne ao valor dos SOFTWARES BIM, vide o documento SEI nº1692771 (COTAÇÃO de software tecnologia BIM, elaborado pela SEPROB, unidade demandante, elaborado em 05 de agosto de 2021. Impende ressaltar que a cotação já possui mais de oito meses de sua realização. Entendemos, smj, seja previamente consultada à SEAQUI.

No que diz respeito à alegação da impugnante para revisão do VALOR DO SUBSTITUTO EM AFASTAMENTO POR FÉRIAS, também não merece guarita. Nesse sentido, vide o quanto contido no robusto Relatório SEAQUI, doc SEI nº 1718336, no *submódulo 4.1*, a rubrica *4.1.:* A (substituto na cobertura de férias) *corresponde a 1/12 do custo mensal com a apropriação das férias do substituto enquanto atua em substituição ao titular, que equivale ao percentual de 0,92%.* Ao final desse submódulo, assim conclui o chefe da unidade demandante: Todos os percentuais resultantes incidem sobre a soma dos *módulos 1, 2 e 3* para se chegar ao custo do submódulo.

Por derradeiro, no que concerne à infundada alegação da empresa impugnante na qual afirma que o valor previsto para locação de veículo está quase 100% abaixo do valor de mercado, o que merece revisão por parte da Administração, para rebater essa alegação da empresa KMETOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, vide a Pesquisa de Preços de Diárias de locação de veículo, realizada pela SEAQUI, em 12 de março de 2022, portanto, bem atualizada, constante no doc SEI nº1851954, feita com seis empresas que atuam nesse ramo.

V – DA DECISÃO

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, INDEFIRO a Impugnação, julgando improcedentes as alegações da empresa impugnante.

Salvador (BA), 26 de abril de 2022.

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro do TRE-BA

À ASSESD, para ciência e deliberação.

Salvador (BA), 26 de abril de 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0013828-43.2021.6.05.8000
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
ASSUNTO : Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2022

PARECER nº 275 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas para emissão de opinativo acerca da impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2022 que tem por objeto a contratação de serviços de engenharia/arquitetura, com cessão de mão de obra residente, através da alocação de 8 (oito) postos de trabalho, além da prestação de serviços técnicos eventuais e consultoria técnica especializada.

2. Em síntese, a KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA. questiona a legalidade das seguintes disposições (docs. nºs 1909057 e 1908990):

2.1. Exigências de qualificação econômico-financeira estabelecidas nas alíneas “b” e “c” da condição 12.1.6.1: b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses; c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante para um período de 12 (doze) meses.

2.1.1. A empresa sustenta que tais requisitos extrapolam as prescrições do art. 31 da Lei nº 8.666/93, além de ir de encontro ao entendimento do Tribunal de Contas da União consolidado no Acórdão nº 1.214/2013, “já que não se trata de licitação para prestação de serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra”. Cita, ainda, a Súmula 275 do TCU, que veda a exigência cumulativa de capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato.

2.1.2. Afirma que os critérios acima fixados carecem de motivação, ferindo o art. 50 da Lei nº 9.784/99.

2.2. Inexequibilidade dos preços da planilha de custos, especificamente quanto aos itens “software BIM”, valor do substituto em afastamento por férias e valor da locação de veículo.

3. No doc. nº 1910166, o Pregoeiro manifesta-se pela improcedência da impugnação, argumentando que:

3.1. As exigências de qualificação econômico-financeiras levaram em consideração a Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES) e o Acórdão nº 1.214/2013 do TCU.

3.2. O valor do substituto em afastamento por férias foi obtido de acordo com a metodologia explicitada no relatório da SEAQUI (doc. nº 1718336): “no submódulo 4.1, a rubrica 4.1.: A (substituto na cobertura de férias) corresponde a 1/12 do custo mensal com a apropriação das férias do substituto enquanto atua em substituição ao titular, que equivale ao percentual de 0,92%”.

3.3. A pesquisa de preços de diárias de locação de veículos foi realizada em março do presente exercício (doc. nº 1851954), refletindo os custos atuais do serviço.

3.4. Em relação ao software BIM, tendo em vista que a cotação data de agosto de 2021 (doc. nº 1692771), o Pregoeiro solicita o pronunciamento da SEAQUI.

4. Diante da iminência da data agendada para a abertura do certame (28/04/2022), a SELIC, cautelarmente, procedeu ao seu adiamento (docs. nºs 1910309 e 1910315).

5. Encaminhados os fólios a essa ASJUR, sugeriu-se a oitiva da SEPROB (doc. nº 1912621).

6. No doc. nº 1914316, a Seção de Projetos e Obras informa que:

Para o item "SOFTWARES BIM", orçamos uma versão mais simplificada, utilizamos como parâmetro o software Revit LT. A cotação de preço inserida na planilha encontra-se no doc. 1692771, com valor anual de R\$ 2.955,00, para confirmamos anexamos nova cotação realizada hoje, doc. 1914292, no valor R\$ 2.833,00, ratificando que o valor que está na planilha atenderá ao solicitado. Não há necessidade de mudança de preço, pois esse valor pode variar.

Desta forma, os licitantes devem orçar para este item software tipo Revit LT.

É o relatório.

7. Com efeito, as razões da impugnante não devem prosperar.

7.1. No que tange aos requisitos de qualificação econômico-financeira, constata-se que a KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA. partiu de uma premissa equivocada, haja vista ter asseverado que o objeto não se caracteriza como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra. A contratação envolve a disponibilização de 8 (oito) postos de trabalho em tempo integral (40 horas semanais), que atuarão nas dependências deste Regional. Ou seja, não há dúvidas do enquadramento dos serviços como contínuos e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Valemo-nos, para melhor elucidação, das regras estabelecidas na IN nº 05/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

(...)

Art. 17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.

7.2. Esclarecida a questão, extrai-se, como consectário, a aplicabilidade do normativo em tela, o qual prevê em seu Anexo VII-A que a Administração deverá exigir, concomitantemente, como documentos de habilitação as comprovações concernentes ao capital circulante líquido (ou capital de giro) e ao patrimônio líquido:

II. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesse inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.3. Cumpre destacar que a Instrução Normativa acima reproduzida foi editada em atenção ao Acórdão nº 1.214/2013 - Plenário do TCU, cujas conclusões foram resultado do trabalho do grupo de estudos composto por servidores do MP, da AGU, do TCU, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal. Convém transcrever a motivação da equipe para a proposta que restou acolhida pelo Colegiado:

85. No intuito de conhecer a abrangência das exigências de qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados foram, consultados editais de vários órgãos federais e percebeu-se que, embora a legislação permita exigência maior, somente tem-se exigido a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação quando quaisquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral são iguais ou inferiores a 1 (um).

86. Ocorre que, via de regra, as empresas não apresentam índices inferiores a 1 (um), por consequência, também não se tem exigido a comprovação do patrimônio líquido mínimo, índice que poderia melhor aferir a capacidade econômica das licitantes.

87. Por certo, este aparente detalhe, tem sido o motivo de tantos problemas com as empresas de terceirização contratadas que, no curto, médio e longo prazos, não conseguem honrar os compromissos assumidos com os contratantes.

88. O problema está no fato de que o cálculo de índices contábeis pelo método dos quocientes, tal como disponibilizado no SICAF, por si só, não tem demonstrado adequadamente a capacidade econômico-financeira das licitantes, eis que não a evidenciam em termos de valor. Assim, tem-se permitido que empresas em situação financeira inadequada sejam contratadas.

89. Com o propósito de salvaguardar a administração de futuras complicações, entendeu-se que há de se complementar as avaliações econômico-financeiras dos licitantes por meio de critérios ou índices que expressem valores como percentuais de outro valor, dentro do limite legalmente autorizado. Por exemplo, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a nova contratação $((\text{ativo total} - \text{passivo})/10 > \text{valor estimado da contratação})$, ou pelo método da subtração, como no caso do cálculo do capital de giro ou capital circulante líquido $(\text{ativo circulante} - \text{passivo circulante})$.

90. A título de exemplificação, em tese, na avaliação da liquidez corrente, uma empresa com R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante e R\$ 1,00 (um real) no passivo circulante terá o mesmo índice de liquidez de outra empresa com R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante e R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) no passivo circulante, qual seja, liquidez corrente igual a 1,5.

91. Observa-se que, embora tenham o mesmo índice, são empresas com capacidades econômico-financeiras totalmente distintas. Todavia, se não fosse conhecido o ativo e o passivo circulante em termos de valor monetário, seriam elas, equivocadamente, consideradas como equivalentes do ponto de vista econômico-financeiro. Daí a utilidade do capital circulante líquido – CCL.

92. Em contratos de fornecimento de bens permanentes e de consumo a diferença entre os capitais circulantes líquidos – CCL's das duas empresas hipotéticas citadas acima não seria tão relevante, pois o licitante tem espaço para negociar preços e prazos de pagamento com seu fornecedor e não carece, por exemplo, de liquidez ou patrimônio, eis que figura como espécie de intermediário e sua situação financeira não é determinante para o contratante, mas sim a efetiva entrega do bem. Além disso, não há encargos previdenciários e/ou trabalhistas vinculados diretamente ao objeto.

93. Ao contrário das empresas de fornecimento de bens, as de terceirização de serviços são altamente demandantes de recursos financeiros de curto prazo e de alta liquidez, como moeda corrente, pois se faz necessário que disponham de recursos suficientes no ativo circulante para suportar despesa com a folha de pagamento e outros encargos a cada mês, independentemente do recebimento do pagamento do órgão para o qual presta os serviços.

94. Cabe consignar que, no âmbito da administração pública, salvo pequenas exceções, não há a figura do pagamento antecipado e nem seria razoável, pois a administração funcionaria como financiadora a custo zero de empresas de terceirização e não como contratante propriamente dita. Além disso, se assim o fosse, as empresas trabalhariam com risco zero, situação incompatível com as atividades da iniciativa privada, que pressupõem sempre a existência do risco do negócio.

95. O pagamento somente pode ocorrer após o ateste do serviço realizado, normalmente no decorrer do mês posterior à prestação dos serviços. Assim, faz sentido exigir das licitantes que tenham recursos financeiros suficientes para honrar no mínimo 2 (dois) meses de contratação sem depender do pagamento por parte do contratante. Uma empresa que não tenha esta capacidade quando da realização do processo licitatório, certamente terá dificuldades de cumprir todas as obrigações até o fim do contrato.

7.4. Evidenciada, portanto, a regularidade das exigências de qualificação econômico-financeira previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2022.

7.5. De igual modo, os custos refutados pela impugnante foram devidamente justificados com amparo em pesquisa recente de mercado – valores do software BIM (doc. nº 1914292) e da locação de veículos (doc. nº 1851954) –, bem como pelo relatório da área técnica deste Tribunal (SEAQUI – doc. nº 1718336), que indica a metodologia de cálculo da rubrica “Substituto na cobertura de férias” (Submódulo 4.1, A, da planilha de custos e formação de preços).

8. Por tudo quanto exposto, opinamos pela manutenção dos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2022, indeferindo-se o pleito da empresa KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA..

É o parecer, *sub censura*.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Caleffi, Técnico Judiciário**, em 29/04/2022, às 13:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1916087** e o código CRC **818C8F9F**.

0013828-43.2021.6.05.8000

1916087v12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0013828-43.2021.6.05.8000
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
ASSUNTO :

DECISÃO nº 1917164 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Tramitam os autos para apreciação de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 14/2022, que tem por objeto a contratação de serviços na área de arquitetura e/ou engenharia, para prestação de serviços técnicos especializados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), com cessão de mão de obra residente.

O Pregoeiro se manifestou em documento n.º 1910166 pelo não acolhimento da impugnação e submeteu à apreciação superior.

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral-ASJUR se pronunciou em Parecer n.º 275, opinando pelo indeferimento da impugnação, conforme trechos do documento n.º 1916087 a seguir transcritos:

(...)

7. Com efeito, as razões da impugnante não devem prosperar.

7.1. No que tange aos requisitos de qualificação econômico-financeira, constata-se que a KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA. partiu de uma premissa equivocada, haja vista ter asseverado que o objeto não se caracteriza como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra. A contratação envolve a disponibilização de 8 (oito) postos de trabalho em tempo integral (40 horas semanais), que atuarão nas dependências deste Regional. Ou seja, não há dúvidas do enquadramento dos serviços como contínuos e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Valemo-nos, para melhor elucidação, das regras estabelecidas na IN nº 05/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

(...)

Art. 17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

*Parágrafo único. Os serviços de que trata o **caput** poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.*

7.2. Esclarecida a questão, extrai-se, como consectário, a aplicabilidade do normativo em tela, o qual prevê em seu Anexo VII-A que a Administração deverá exigir, concomitantemente, como documentos de habilitação as comprovações concernentes ao capital circulante líquido (ou capital de giro) e ao patrimônio líquido:

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.3. Cumpre destacar que a Instrução Normativa acima reproduzida foi editada em atenção ao Acórdão nº 1.214/2013 - Plenário do TCU, cujas conclusões foram resultado do trabalho do grupo de estudos composto por servidores do MP, da AGU, do TCU, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal. Convém transcrever a motivação da equipe para a proposta que restou acolhida pelo Colegiado:

85. No intuito de conhecer a abrangência das exigências de qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados foram, consultados editais de vários órgãos federais e percebeu-se

que, embora a legislação permita exigência maior, somente tem-se exigido a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação quando quaisquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral são iguais ou inferiores a 1 (um).

86. Ocorre que, via de regra, as empresas não apresentam índices inferiores a 1 (um), por consequência, também não se tem exigido a comprovação do patrimônio líquido mínimo, índice que poderia melhor aferir a capacidade econômica das licitantes.

87. Por certo, este aparente detalhe, tem sido o motivo de tantos problemas com as empresas de terceirização contratadas que, no curto, médio e longo prazos, não conseguem honrar os compromissos assumidos com os contratantes.

88. O problema está no fato de que o cálculo de índices contábeis pelo método dos quocientes, tal como disponibilizado no SICAF, por si só, não tem demonstrado adequadamente a capacidade econômico-financeira das licitantes, eis que não a evidenciam em termos de valor. Assim, tem-se permitido que empresas em situação financeira inadequada sejam contratadas.

89. Com o propósito de salvaguardar a administração de futuras complicações, entendeu-se que há de se complementar as avaliações econômico-financeiras dos licitantes por meio de critérios ou índices que expressem valores como percentuais de outro valor, dentro do limite legalmente autorizado. Por exemplo, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a nova contratação $((\text{ativo total} - \text{passivo})/10 > \text{valor estimado da contratação})$, ou pelo método da subtração, como no caso do cálculo do capital de giro ou capital circulante líquido $(\text{ativo circulante} - \text{passivo circulante})$.

90. A título de exemplificação, em tese, na avaliação da liquidez corrente, uma empresa com R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante e R\$ 1,00 (um real) no passivo circulante terá o mesmo índice de liquidez de outra empresa com R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante e R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) no passivo circulante, qual seja, liquidez corrente igual a 1,5.

91. Observa-se que, embora tenham o mesmo índice, são empresas com capacidades econômico-financeiras totalmente distintas. Todavia, se não fosse conhecido o ativo e o passivo circulante em termos de valor monetário, seriam elas, equivocadamente, consideradas como equivalentes do ponto de vista econômico-financeiro. Daí a utilidade do capital circulante líquido – CCL.

92. Em contratos de fornecimento de bens permanentes e de consumo a diferença entre os capitais circulantes líquidos – CCL's das duas empresas hipotéticas citadas acima não seria tão relevante, pois o licitante tem espaço para negociar preços e prazos de pagamento com seu fornecedor e não carece, por exemplo, de liquidez ou patrimônio, eis que figura como espécie de intermediário e sua situação financeira não é determinante para o contratante, mas sim a efetiva entrega do bem. Além disso, não há encargos previdenciários e/ou trabalhistas vinculados diretamente ao objeto.

93. Ao contrário das empresas de fornecimento de bens, as de terceirização de serviços são altamente demandantes de recursos financeiros de curto prazo e de alta liquidez, como moeda corrente, pois se faz necessário que disponham de recursos suficientes no ativo circulante para suportar despesa com a folha de pagamento e outros encargos a cada mês, independentemente do recebimento do pagamento do órgão para o qual presta os serviços.

94. Cabe consignar que, no âmbito da administração pública, salvo pequenas exceções, não há a figura do pagamento antecipado e nem seria razoável, pois a administração funcionaria como financiadora a custo zero de empresas de terceirização e não como contratante propriamente dita. Além disso, se assim o fosse, as empresas trabalhariam com risco zero, situação incompatível com as atividades da iniciativa privada, que pressupõem sempre a existência do risco do negócio.

95. O pagamento somente pode ocorrer após o ateste do serviço realizado, normalmente no decorrer do mês posterior à prestação dos serviços. Assim, faz sentido exigir das licitantes que tenham recursos financeiros suficientes para honrar no mínimo 2 (dois) meses de contratação sem depender do pagamento por parte do contratante. Uma empresa que não tenha esta capacidade quando da realização do processo licitatório, certamente terá dificuldades de cumprir todas as obrigações até o fim do contrato.

7.4. Evidenciada, portanto, a regularidade das exigências de qualificação econômico-financeira previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2022.

7.5. De igual modo, os custos refutados pela impugnante foram devidamente justificados com amparo em pesquisa recente de mercado – valores do software BIM (doc. nº 1914292) e da locação de veículos (doc. nº 1851954) –, bem como pelo relatório da área técnica deste Tribunal (SEAQUI – doc. nº 1718336), que indica a metodologia de cálculo da rubrica “Substituto na cobertura de férias” (Submódulo 4.1, A, da planilha de custos e formação de preços).

8. Por tudo quanto exposto, opinamos pela manutenção dos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2022, indeferindo-se o pleito da empresa KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA.

(...)

Desta forma, lastreado no opinativo da ASJUR, documento nº 1916087, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa TRE/BA nº 04/2021 **julgo improcedente** a impugnação formulada pela empresa KME TOPOGRAFIA E OBRAS LTDA, documento nº 1908990. Por conseguinte, determino o prosseguimento da licitação nos termos do Edital nº 14/2022.

Deste modo, encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 02/05/2022, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1917164** e o código CRC **841AED80**.

**Impugnação 02/05/2022 19:44:42**

PROCESSO SEI Nº 0013828-43.2021.6.05.8000 A EMPRESA XXXXXXXXXX vem apresentar. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL supra mencionado, que faz nos seguintes termos: TEMPESTIVIDADE Nos termos do disposto no item 18.1 do Edital e Art. 24 Decreto nº 10.024/2019, toda e qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. Portanto, considerando que a sessão pública está prevista para o dia 28/04/2022, demonstrada a tempestividade da presente impugnação. FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES LEGAIS No tocante à mencionada questão, assim dispõe os §§ 2º e 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/1993: Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: (...) § 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. § 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. § 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. O instrumento convocatório trouxe exigências relativas à qualificação econômico-financeira que extrapolam os limites dispostos na Lei Geral de Licitações, notadamente, ao exigir a comprovação, cumulativamente, de: a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses; c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante para um período de 12 (doze) meses. Exigiu, ainda, o Edital (item 15.8), a prestação de garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo a Contratada optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93. A Administração exigiu, além da apresentação do patrimônio líquido, a demonstração de capital circulante de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor dos postos de trabalho para um período de 12 (doze) meses. Tal exigência, além de contrariar o disposto no artigo supracitado, vai de encontro ao entendimento do TCU manifestado no Acórdão nº 1.214, vez que o objeto da presente licitação não é semelhante ao caso analisado pelo Corte Superior de Contas, já que não se trata de licitação para prestação de serviços de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra. Saliente-se, outrossim, que a exigência cumulativa de patrimônio líquido, capital circulante mínimo e garantia contraria a Súmula 275 do TCU, a saber: Súmula n.º 275 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços. A exigência de apresentação de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro equivalente a 16,66% contraria os termos legais, mais precisamente o que reza o artigo 31 da Lei 8.666/1993. Ensina Marçal Justen Filho que "com a alteração trazida pela Lei n. 8.883, ficou clara a inviabilidade de adoção de índices vinculados a finalidades distintas da mera comprovação da disponibilidade de recursos para satisfatória execução do objeto contratado. A lei não determina nem especifica os índices a serem adotados, remetendo aos fornecidos pela ciência da contabilidade e pelas regras usuais no campo de auditoria. Em qualquer caso, porém, o índice deverá ser apto a avaliar apenas a capacitação financeira do interessado para a execução do contrato. Não se admitem exigências referidas à rentabilidade ou à lucratividade nem ao faturamento do sujeito" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001 p. 352). Assim, a discricionariedade da Administração fica limitada a razoabilidade e ao atendimento do interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela Lei. E para o caso verifica-se a descon sideração do princípio da razoabilidade, da legalidade e da isonomia, uma vez que não há fundamento explícito que justifique a exigência cumulada de índices de qualificação financeira, patrimônio líquido, capital circulante e garantia contratual indicadas no instrumento convocatório. Ademais, observa-se que a Súmula 289 do Tribunal de Contas da União repetiu a vedação contida no §1º do art. 31 da Lei de Licitações, que proíbe a exigência de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, não havendo "óbices ao uso de indicadores de endividamento, por exemplo, desde que tal exigência seja pertinente à garantia do cumprimento das obrigações resultantes da licitação" (TCU. Acórdão 2.495/2010 - Plenário). A ilegalidade especificada não encontra amparo legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e nos arts. 3º e 31 da Lei nº 8.666/1993; assim como contraria o art. 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02, ante a restrição à participação de interessados, e contraria frontalmente os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02. Desta feita, considerando o efeito vinculante das decisões do TCU para os órgãos da Administração Pública Federal (Súmula 222, TCU), deve o edital ser retificado, para se afastar a exigência cumulativa da qualificação econômico-financeira, conforme exposto alhures. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente: Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses; II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções; III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública; IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório; V - decidam recursos administrativos; VI - decorram de reexame de ofício; VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo. Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão da Administração quanto à fixação do critério de qualificação econômico-financeira foi tomada sem qualquer motivação. O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme

assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro: "O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos". (in Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82). Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não encontra-se devidamente motivado, em clara inobservância à Lei. Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema: ACÓRDÃO EMENTA : APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO ADMINISTRATIVO - MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03. No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático-probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas. Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a possibilitassem comprovar a licitude nas cobranças impugnadas. Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre. Precedentes 5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018) EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa. 2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário: 20/04/2017, #03508074) Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata revisão. DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS INDICADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS A Planilha de Custos e Formação de Preços trouxe valores estimados totalmente incompatíveis com os preços de mercado. Tais valores, caso mantidos, levarão, provavelmente, ao fracasso da licitação, gerando prejuízos à Administração. • VALOR DOS SOFTWARES BIM: Em anexo uma cotação da última renovação que fizemos. Valor anual da licença com dólar a 3,99 R\$ 10.922,63 Valor da licença em dólar R\$ 2.737,50 Dólar atual 4,65 Valor da licença hoje / ano R\$ 12.729,38 Valor da licença para dois anos R\$ 25.458,76 Valor total para dois anos conforme licitação R\$ 5.910,00 O valor orçado pela Administração está quase cinco vezes abaixo do valor de mercado. Logo, merece ser revisto o preço estimado. • VALOR DO SUBSTITUTO EM AFASTAMENTO POR FÉRIAS A planilha representa R\$ 246,25 por mês por posto de trabalho. Totalizando R\$ 5.910,00 por 24 meses, porém, para substituir um posto por férias, a conta seria o equivalente a adicionar mais um posto a cada ano, que resultaria em R\$ 1.999,98 por mês (R\$ 23.999,77) cada ano. De igual modo, merece ser revisto o preço estimado. • VALOR DA LOCAÇÃO DE VEÍCULO. O valor previsto para locação de veículo está quase 100% abaixo do valor de mercado, o que merece revisão por parte da Administração. DOS REQUERIMENTOS Diante de todo o exposto, REQUER a imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos, para seja: a) Revisada a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.b, não se exigindo qualquer fração de Capital Circulante ou Capital de Giro como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência. b) Revisada a exigência formulada pelo item 12.1.6.1.c, não se exigindo qualquer fração de Patrimônio Líquido como prova de capacidade econômica das licitantes, em homenagem aos princípios da legalidade e ampla concorrência, já que fora exigida a prestação de garantia contratual. c) Revisada a planilha de custos e formação de preços, conforme explanado acima, para que sejam ajustados os valores aos preços de mercado. Nestes Termos, Pede Deferimento.

Fechar